

4Road Concessões S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório no 263CT-002-PB

Índice

	Página
Relatório da administração – 2025	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	18

Relatório da Administração

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da 4Road Concessões S.A, (“Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Informações sobre a Companhia

A 4Road Concessões S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2024, com sede em São Paulo, SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimentos, em linha com o seu enquadramento como holding de instituições não financeiras, O grupo opera exclusivamente na operação de concessões rodoviárias.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, como segue:

Estrutura do Grupo:

Empresas	31/12/2025	31/12/2024
Participação direta		
Way Concessões S.A.	51%	51%
Participação indireta		
Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding)	51%	51%
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.	51%	51%

Principais investimentos da companhia

Abaixo está apresentado a principal contrato de concessão da companhia, por entidade e segmento de negócio:

i) Holdings de Instituições não-financeiras

Way Concessões S.A

Constituída em 07 de outubro de 2024, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento.

Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding)

Constituída em 02 de dezembro de 2024, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento.

ii) Concessionária de rodovia

Rota do Zebu – Way 262

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Way 262”), cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055

3. Análise Econômico-Financeira

3.1. Receita operacional líquida

	Consolidado
	31/12/2025
Receitas de pedágios	224.850
Receitas acessórias	103
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receita bruta de serviços	426.866
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
Receita líquida	(19.045)

3.2. Custos operacionais

	Consolidado
	31/12/2025
Custo operacional	
Custo de construção - ativos da concessão	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(14.956)
Custo operacional de rodovias	(21.338)
Custo com pessoal	(15.872)
Seguros	(2.767)
Custos contratuais da concessão	(9.850)
Amortização intangível	(396)
Depreciação ativo	(1.446)
Total	(268.538)

3.3 Emissões de Debêntures

Em 2025, o Grupo 4Road estruturou e concluiu duas captações de debêntures realizadas por colocação privada, distribuídas entre a Concessionária Rota da BR 262 MG S.A. e a 4Road Concessões S.A. (controladora), totalizando R\$ 238.407 mil em captações brutas, conforme demonstrado nas demonstrações

As captações viabilizaram a estrutura financeira necessária ao início da concessão, assegurando recursos para execução dos investimentos obrigatórios e suporte à operação.

Debêntures da Concessionária Rota da BR-262 MG S.A.

1ª Emissão – Vencimento em 15/01/2027

- Remuneração: DI + 2,60% a.a.
- Saldo em 31/12/2025: R\$ 62.569 mil

2ª Emissão – Vencimento em 12/09/2027

- Remuneração: DI + 2,52% a.a.
- Saldo em 31/12/2025: R\$ 113.581 mil

Os recursos dessas emissões foram destinados diretamente ao financiamento da fase inicial da concessão, incluindo obras de recuperação, melhorias, implantação de sistemas operacionais e demais obrigações previstas no edital e contrato com a ANTT.

Debêntures da 4Road Concessões S.A. (Controladora)

- **1ª e 2ª integralizações da 1ª emissão (2025)**
 - Remuneração: **IPCA + 11,50% a.a.**
 - Saldo total em 31/12/2025: **R\$ 31.128 mil**

Esses recursos foram integralizados pela controladora e utilizados majoritariamente para aportes de capital na Way Concessões e Subholding, garantindo o adequado suporte financeiro para o desenvolvimento da concessionária operacional.

Liquidação antecipada parcial – Concessionária Rota da BR-262 MG S.A.

Em 2025, a Concessionária realizou pagamento antecipado de principal no montante de R\$ 36.731 mil, exclusivamente referente às debêntures de curto prazo vinculadas ao projeto.

Essa liquidação extraordinária:

- não alterou o vencimento final das emissões (mantidos para 2027);
- não modificou a remuneração contratual;
- representou apenas redução facultativa do saldo de principal, decorrente da melhora temporária na posição de caixa no início da operação.

O saldo consolidado das debêntures do Grupo em 31/12/2025 totalizou R\$ 207.278 mil

3.4 Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 21 de janeiro de 2026, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 113.183.934, que será objeto de aporte de capital na Way Concessões.

4. Governança Corporativa

Relacionamento com os auditores independente

Informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer serviços que não os relacionados à auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia. A contratação dos auditores observa os requisitos de independência previstos nas normas profissionais aplicáveis, incluindo a NBC PA 290 e o Código de Ética Profissional do Contador, que vedam: (a) auditar o próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais; e (c) prestar serviços que possam comprometer a independência.

As informações constantes do relatório de desempenho que não estejam claramente identificadas como provenientes das demonstrações financeiras ou das informações trimestrais não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria da 4Road Concessões S.A., declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberaba, 30 de março de 2026.

Paulo Nunes Lopes
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores
4Road Concessões S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da 4Road Concessões S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da 4Road Concessões S.A (Companhia), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Início de operações

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 27 de agosto de 2024, tendo iniciado suas atividades operacionais em março de 2025. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 27 de agosto de 2024 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

4Road Concessões S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.277	567	30.024	1.881
Contas a receber de clientes	7	-	-	31.428	-
Impostos a recuperar		4	-	-	-
Partes relacionadas	19	-	-	56	-
Despesas antecipadas	8	-	-	4.897	-
Adiantamentos		-	-	295	5.778
Dividendos a receber	10	7.728	-	-	-
Total do ativo circulante		9.009	567	66.700	7.659
Ativo não circulante					
Recursos vinculados	9	-	-	4.002	-
Partes relacionadas	19	-	-	264	-
Impostos diferidos	24	-	-	2.053	-
Outros ativos		-	-	52	-
Direito de uso	11	-	-	2.186	-
Investimentos	10	55.524	1.932	-	-
Imobilizado	12	-	-	46.195	-
Intangível	13	-	-	159.526	-
Intangível em construção	14	-	-	56.149	-
Total do ativo não circulante		55.524	1.932	270.427	-
Total do ativo		64.533	2.499	337.127	7.659

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Passivo circulante					
Fornecedores	15	-	-	11.065	40
Obrigações tributárias e sociais	16	-	-	11.747	24
Obrigações contratuais	17	-	-	625	-
Partes relacionadas	19	8	1.057	-	2.520
Passivos de arrendamentos	20	-	-	300	-
Outras obrigações		-	-	12	-
Total do passivo circulante		8	1.057	23.749	2.584
Passivo não circulante					
Debêntures	18	31.128	-	207.278	-
Obrigações contratuais	17	-	-	4.002	-
Passivos de arrendamentos	20	-	-	2.073	-
Provisão manutenção	21	-	-	5.852	-
Total do passivo não circulante		31.128	-	219.205	-
Patrimônio líquido					
Capital social		6.448	2	6.448	2
AFAC		-	1.490	-	1.490
Reserva legal		1.350	-	1.350	-
Reserva especial dividendos não distribuídos		25.599	-	25.599	-
Reserva de lucros		-	(50)	-	(50)
Total do patrimônio líquido	22	33.397	1.442	33.397	1.442
Participação de cotistas minoritários		-	-	60.776	3.633
Total do passivo e do patrimônio líquido		64.533	2.499	337.127	7.659

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Receita operacional líquida	25	-	-	205.909	-
Receitas com construção e infraestrutura	25	-	-	201.913	-
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(66.626)	-
Custos com construção e infraestrutura	26	-	-	(201.913)	-
Lucro bruto		-	-	139.283	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(544)	-	(22.901)	(393)
Resultado de equivalência patrimonial	10	30.914	(50)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		30.370	(50)	116.382	(393)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		35	-	9.057	-
Despesas financeiras		(3.406)	-	(25.988)	-
	27	(3.371)	-	(16.931)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		26.999	(50)	99.451	(393)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(44.804)	-
Imposto diferido		-	-	2.053	-
	24	-	-	(42.751)	-
Lucro líquido do exercício		26.999	(50)	56.700	(393)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				28.917	(200)
Acionistas não controladores				27.783	(193)
				56.700	(393)
Lucro por ação					
Lucro básico do exercício atribuível a acionistas controladores				1,47	(100,22)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	26.999	(50)	56.700	(393)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	26.999	(50)	56.700	(393)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			28.917	(200)
Acionistas não controladores			27.783	(193)
			56.700	(393)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de cotistas minoritários	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	22	2	1.490	-		(50)	-	1.442	3.633	5.075
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.999	-	-	-
Constituição Reserva legal		-	-	1.350	-	-	(1.350)	1.350	-	1.350
Constituição Reserva de lucros		-	-	-	-	25.649	(25.649)	25.649	-	25.649
Aumento de capital social		4.956	-	-	-	-	-	4.956	29.360	34.316
Integralização de capital		1.490	(1.490)	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva especial de dividendos não distribuídos		-	-	-	25.599	(25.599)	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	27.783	27.783
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22	6.448	-	1.350	25.599	-	-	33.397	60.776	94.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		26.999	(50)	99.451	(393)
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação	12	-	-	1.874	-
Amortização intangível	13	-	-	483	-
Amortização direito de uso	11	-	-	243	-
Baixas líquidas de imobilizado	12	-	-	20	-
Provisão manutenção	21	-	-	5.852	-
Recursos vinculados	9	-	-	4.002	-
Juros e correções monetárias debêntures	18	3.230	-	23.040	-
Custo captação debêntures	18	167	-	1.339	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(30.914)	50	-	-
Juros sobre arrendamentos	11	-	-	304	-
Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	7	-	-	(31.428)	-
Adiantamentos	-	-	-	3.655	(1.522)
Outros ativos	-	(4)	-	(52)	101
Despesas antecipadas	8	-	-	(4.897)	-
Recursos vinculados	9	-	-	(4.002)	-
Fornecedores	15	-	-	11.025	20
Obrigações contratuais	17	-	-	625	-
Partes relacionadas	19	(1.049)	1.057	(2.840)	-
Obrigações sociais e tributárias	16	-	-	5.314	12
Outros passivos	-	-	-	12	93
Pagamentos juros debêntures	18	-	-	(12.269)	-
Imposto de renda e contribuição pagos	24	-	-	(38.485)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(1.571)	1.057	63.266	(1.689)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos	10	(30.406)	(1.982)	-	(1.982)
Adições ao ativo imobilizado	12	-	-	(48.089)	-
Adições ao ativo intangível	13	-	-	(216.158)	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimento		(30.406)	(1.982)	(264.247)	(1.982)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	22	4.956	2	4.956	2
Aumento de capital sub controlada	22	-	-	29.360	-
AFAC	22	-	1.490	-	4.907
Captação de debêntures	18	30.407	-	238.407	-
Custo de captação de debêntures	18	(2.676)	-	(6.508)	-
Pagamento de principal Debêntures	18	-	-	(36.731)	-
Arrendamento	20	-	-	(360)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		32.687	1.492	229.124	4.909
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:		710	567	28.143	1.238
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	567	-	1.881	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6	1.277	567	30.024	1.238
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa:		710	567	28.143	1.238

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4Road Concessões S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Receitas				
Venda de serviços	-	-	224.850	-
Receitas acessórias	-	-	103	-
Receitas de construção - ativos da concessão	-	-	201.913	-
Total	-	-	426.866	-
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	(47.844)	-
Custo de construção - ativos da concessão	-	-	(201.913)	-
Materiais, energia, serviços e outros	(544)	-	(16.626)	(393)
Outras receitas não operacionais	-	-	(693)	-
Total	(544)	-	(267.076)	(393)
Valor adicionado bruto	(544)	-	159.790	(393)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(2.600)	-
Valor adicionado líquido	(544)	-	157.190	(393)
Valor recebido em transferência				
Receitas financeiras	35	-	9.057	-
Resultado de equivalência patrimonial	30.914	(50)	-	-
Total	30.949	(50)	9.057	-
Valor adicionado total a distribuir	30.405	(50)	166.247	(393)
Distribuição do valor adicionado				
A - Pessoal e encargos				
Remuneração direta	-	-	(9.232)	-
Benefícios	-	-	(4.268)	-
F.G.T.S.	-	-	(804)	-
Outros	-	-	(5.490)	-
Total	-	-	(19.794)	-
B - Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(2)	-	(50.977)	-
Municipais	-	-	(11.245)	-
Total	(2)	-	(62.222)	-
C - Juros e aluguéis				
Juros	(3.235)	-	(23.097)	-
Aluguéis	-	-	(1.738)	-
Outros	(169)	-	(2.696)	-
Total	(3.404)	-	(27.531)	-
D - Remuneração do capital próprio				
Lucro do exercício	(26.999)	50	(56.700)	393
Valor adicionado total a distribuir	(30.405)	50	(166.247)	393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A 4Road Concessões S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de agosto de 2024, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo por objeto a participação em outras sociedades e a realização de investimentos

1.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle cessa. As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas intragrupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Estrutura do Grupo:

Empresas	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Participação direta		
Way Concessões S.A.	51%	51%
Participação indireta		
Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding)	51%	51%
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.	51%	51%

Principais investimentos da companhia

Abaixo está apresentado a principal contrato de concessão da companhia, por entidade e segmento de negócio:

i) Holdings de Instituições não-financeiras

Way Concessões S.A.

Constituída em 07 de outubro de 2024, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento.

Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding)

Constituída em 02 de dezembro de 2024, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento.

ii) Concessionária de rodovia

Rota do Zebu - Way 262

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso no 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia 4Road Concessões S.A. com 100% das ações.

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Concessão da Rodovia BR 262 MG S.A, serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em razão do início das operações da Companhia apenas em março de 2025, os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 reflete exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Por esse motivo, os valores comparativos entre os períodos são praticamente nulos, não permitindo análises significativas de variação ou evolução entre exercícios.

2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A Companhia não possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todavia, por opção de governança corporativa, elabora e apresenta suas demonstrações contábeis observando a estrutura, o rito de apresentação e os padrões de evidenciação previstos nas normas expedidas pela CVM, aplicáveis aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 4.15 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

4.3. Imobilizado

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.4. Intangível

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IFRIC12. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é calculada com base na curva de tráfego projetada para toda a vigência da concessão, refletindo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros, conforme requerido pela ICPC 01/IFRIC 12. As projeções de tráfego utilizadas têm como base estudos técnicos elaborados por consultoria especializada, contendo premissas de demanda, comportamento dos usuários e condições operacionais da rodovia.

A Administração revisa periodicamente essas projeções, ao menos uma vez ao ano ou sempre que identificados eventos que possam alterar de maneira relevante o comportamento esperado do tráfego. Variações no tráfego efetivo — superiores ou inferiores às estimativas — podem alterar o padrão de amortização do ativo intangível, uma vez que a amortização acompanha a utilização esperada da infraestrutura.

Os valores registrados como “Gastos com leilão” no ativo intangível correspondem exclusivamente aos custos incorridos pela Companhia durante o processo licitatório e preparação da concessão.

4.4.1 Direito de outorga

A outorga fixa prevista no contrato de concessão é reconhecida como ativo intangível (direito de exploração) e amortizada de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos (ex.: curva de tráfego) ao longo do prazo da concessão.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 /IAS 36– Redução ao valor recuperável de ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01/IAS 36.

4.6. Investimento em controlada/coligada

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Nesse método, a participação da Empresa nos lucros ou prejuízos das investidas é reconhecida na demonstração do resultado, enquanto o valor contábil do investimento é ajustado no balanço patrimonial.

4.7. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.8. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e passivos de arrendamento.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva.

As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. Após o reconhecimento inicial, as debêntures são classificadas como custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os arrendamentos e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou ativos financeiros complexos. Portanto, os demais dispositivos previstos na norma não se aplicam à realidade operacional da Companhia.

4.9. Debêntures.

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação. Subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (TJE), reconhecendo-se os encargos financeiros no resultado na linha de resultado financeiro.

Obrigações indexadas (por exemplo, IPCA ou CDI) são atualizadas conforme os respectivos índices; os efeitos de atualização e juros pela TJE são reconhecidos no resultado.

Custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos pela TJE, compondo a remuneração efetiva.

As obrigações são classificadas no passivo circulante quando exigíveis nos 12 meses seguintes após a data do balanço (ou quando houver descumprimento de *covenants* sem *waiver* recebido até a data do balanço); as demais são classificadas no passivo não circulante. Modificações substanciais de termos são tratadas como baixa do passivo original e reconhecimento de novo passivo; modificações não substanciais são contabilizadas por meio do ajuste no valor contábil com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

4.9.1 Custos de empréstimos (CPC 20)

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis (tais como o ativo de concessão em construção) são capitalizados como parte do custo do ativo, líquidos das receitas financeiras obtidas com a aplicação temporária dos recursos de empréstimos específicos. A capitalização inicia quando há **(i)** dispêndios com o ativo, **(ii)** contratação de empréstimos e **(iii)** atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido; cessa quando substancialmente todas as atividades forem concluídas. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados de paralisação.

4.10. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

4.11. Arrendamentos,

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

4.13. Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.13.1. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

4.13.2. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

4.15. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

4.16. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) /IAS 21 – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) /IAS 28 e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023 / MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis.

- **IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027)**

O IFRS 18 (CPC 51) introduz mudanças significativas no formato e na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis, incluindo: (i) novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado; (ii) requisitos específicos para agregação e desagregação de itens; e (iii) divulgação de Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs), quando utilizadas.

A Companhia não adotou antecipadamente o IFRS 18 e, conforme permitido, continuará aplicando as normas vigentes até a data de efetiva obrigatoriedade. A Administração iniciou a avaliação dos efeitos potenciais da norma, incluindo impactos na apresentação das demonstrações contábeis, nos sistemas de reporte e no processo de elaboração das informações contábeis. Até a presente data, não é possível estimar impactos quantitativos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Caixa geral (praças e sede)	-	-	309	-
Bancos - conta corrente	2	2	262	1.316
Bancos - aplicação	1.275	565	29.453	565
Total	1.277	567	30.024	1.881

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

7. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2025
Pedagio eletrônico	30.971
Cartões débito, crédito e pix	428
Outros	29
Total	31.428

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente de corrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações contábeis.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 21 de março de 2025.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado 31/12/2025
Seguros a apropriar (i)	305
Estudos de projetos (ii)	4.592
Total	4.897

(i) Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

(ii) Despesas com estudos projetos de concessões, para reembolso junto aos novos projetos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Recursos vinculados

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo inicial	-
Depósitos de recursos vinculados	3.875
Rendimentos dos recursos vinculados	127
Total	4.002

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de desconto de usuário frequente (DUF);
- ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

E vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

10. Investimentos

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro 2025, estão apresentadas a seguir. Estas informações não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Controlada	% Participação	Controle	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Way Concessões S.A.	51%	Participação direta	127.077	18.206	108.871	60.615
Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding)	51%	Participação indireta	303.075	195.527	107.548	62.853
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.	51%	Participação indireta	335.213	32.637	302.576	84.429

Movimentação

Movimentação controle direto	Saldo inicial 31/12/2024 (não auditado)	Aportes/Integralização de capital nas controlas	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos/JCP Recebido das investidas	Saldo final 31/12/2025
Way Concessões S.A.	1.932	30.406	30.914	(7.728)	55.524
Total					55.524

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia detém 51% da Way Concessões S.A. (investida direta) e, por seu intermédio, 51% da Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding). A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. é controlada pela Subholding; assim, seus efeitos já estão refletidos no MEP da Subholding. Portanto, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os investimentos avaliados pelo MEP são a Way Concessões S.A. e a Rota da BR 262 MG S.A. (Subholding).

11. Direito de uso**a) Composição consolidada**

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Imóveis (i)	10,00%	2.429	(243)	2.186	-
Total		2.429	(234)	2.186	-

(i) Direito de uso referente a locação de prédios administrativos.

b) Movimentação Consolidada

Custo	Imóveis
Saldos em 31/12/2024 (não auditado)	-
Adição	2.429
Juros capitalizados	-
Transferências	-
Saldos em 31/12/2025	2.429
Amortização	(234)
Saldos em 31/12/2025	(234)
Valor residual líquido	
Saldos em 31/12/2025	2.186

12. Imobilizado**a) Composição consolidado**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Equipamentos e instalações	10%	2.898	(86)	2.812	-
Móveis e utensílios	10%	939	(33)	906	-
Veículos	10 e 20%	13.386	(1.466)	11.920	-
Computadores e periféricos	20%	3.611	(253)	3.358	-
Outros imobilizados	4%	2.219	(35)	2.184	-
Adto. fornecedores	-	25.015	-	25.015	-
Em andamento	-	-	-	-	-
Total		48.068	(1.873)	46.195	-

1) Adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (veículos, computadores, máquinas e equipamentos).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação consolidado

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros imobilizados em bens de terceiros	Adto fornecedores	Em andamento	Total
Saldos em 31/12/2024 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.926	1.058	13.104	2.592	200	25.637	2.275	47.792
Transferências	(28)	(119)	282	743	2.019	(622)	(2.275)	-
Transferências Intangível	-	-	-	297	-	-	-	297
Baixas	-	-	-	(21)	-	-	-	(21)
Saldos em 31/12/2025	2.898	939	13.386	3.611	2.219	25.015	-	48.068
Depreciação	(86)	(33)	(1.466)	(254)	(35)	-	-	(1.874)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2025	(86)	(33)	(1.466)	(253)	(35)	-	-	(1.873)
Valor residual líquido								
Saldos em 31/12/2025	2.812	906	11.920	3.358	2.184	25.015	-	46.195

13. Intangível

a) Composição consolidado

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Recuperação	3,41%	126.447	-	126.447	-
Operação	3,41%	100	-	100	-
Melhoramentos	3,41%	19.217	-	19.217	-
Gastos com leilão	3,35%	12.270	(272)	11.998	-
Software	20,00%	1.975	(211)	1.764	-
Total		160.009	(483)	159.526	-

b) Movimentação consolidado

Custo	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Gastos com leilão	Software	Total do Intangível
Saldos em 31/12/2024 (não auditado)	-	-	-	-	-	-
Adição	-	-	-	12.270	1.975	14.245
Transferências construção	26.447	100	19.217	-	-	145.764
Saldos em 31/12/2025	126.447	100	19.217	12.270	1.975	160.009
Amortização	-	-	-	(272)	(211)	(483)
Saldos em 31/12/2025	-	-	-	(272)	(211)	(483)
Valor residual líquido						
Saldos em 31/12/2025	126.447	100	19.217	11.998	1.764	159.526

14. Intangível em construção

a) Composição consolidado

	Custo	Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Em construção	56.149	56.149	-
Total	56.149	56.149	-

b) Movimentação consolidado

Custo	Adto fornecedores	Intangível em construção	Total do intangível em construção
Saldos em 31/12/2024 (não auditado)	-	-	-
Adição	3.546	202.210	205.756
Transferências ativo	-	(297)	(297)
Transferências Intangível	(3.546)	(145.764)	(149.310)
Saldos em 31/12/2025	-	56.149	56.149
Valor residual líquido			
Saldos em 31/12/2024 (não auditado)	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	-	56.149	56.149

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Operações	-	-	184	-
Infraestrutura e sistemas	-	-	7.480	-
Diversos	-	-	3.401	40
Total	-	-	11.065	40

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

16. Obrigações sociais e tributárias

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Tributárias:		
Imposto de renda	4.541	-
Contribuição social	1.868	-
PIS	211	-
Cofins	980	-
ISS	1.680	-
Impostos retidos terceiros	781	24
Total das obrigações tributárias	10.061	24

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Sociais:		
INSS	347	-
IRRF	75	-
FGTS	86	-
Provisões férias e 13º salário	1.178	-
Total das obrigações sociais	1.686	-

Total com obrigações	11.747	24
-----------------------------	---------------	-----------

17. Obrigações contratuais

	Consolidado
	31/12/2025
Verba de fiscalização (a)	625
Recursos vinculados (b)	4.002
Total	4.627
Total curto prazo	625
Total longo prazo	4.002

(a) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente

(b) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 2% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 9.

18. Debêntures

Composição controladora

Rubrica	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025
Debêntures 1ª Emissão - 4 Road	15/01/2035	IPCA + 11,50% a.a.	18.580
Debêntures 2ª Emissão - 4 Road	15/01/2035	IPCA + 11,50% a.a.	12.548
			31.128
Passivo circulante			-
Passivo não circulante			31.128
Total			31.128

a) Contexto e características da emissão

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, distribuídas por colocação privada, conforme Escritura de Emissão e respectivos aditamentos. Embora a emissão tenha sido aprovada e formalizada em 2024, não houve integralização de recursos naquele exercício, uma vez que as condições precedentes previstas na Escritura foram cumpridas apenas em 2025.

Assim, as integralizações ocorreram em duas datas distintas ao longo de 2025, resultando na captação de duas parcelas dentro da mesma emissão. Para fins de apresentação contábil, essas duas captações são demonstradas separadamente como “Debêntures 1ª Emissão – 4Road” e “Debêntures 2ª Emissão – 4Road”, refletindo as respectivas datas e valores das integralizações, embora ambas pertençam juridicamente à mesma 1ª emissão autorizada em 2024.

As debêntures possuem atualização monetária pelo IPCA e juros remuneratórios de 11,50% ao ano, calculados de forma exponencial, com vencimento final em 15 de janeiro de 2035. As subscrições foram realizadas pelos fundos Kinea, e os saldos decorrentes das duas integralizações encontram-se registrados no passivo não circulante da Companhia.

b) Garantias

As debêntures contam com **(i)** alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia, incluindo todos os direitos econômicos e políticos delas decorrentes, conforme Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **(ii)** fiança solidária e adicional prestada por partes relacionadas do Grupo, com renúncia aos benefícios previstos nos artigos 333, 364, 366, 368, 821, 827 e 834 a 839 do Código Civil; e **(iii)** possibilidade de execução das garantias de forma isolada ou cumulativa, nos termos da Escritura de Emissão.

c) Covenants e obrigações contratuais

A Companhia está sujeita a diversas obrigações contratuais, incluindo: **(i)** manter inexistência de questionamentos judiciais que possam afetar a validade da emissão ou das garantias; **(ii)** não realizar operações fora de seu objeto social; **(iii)** não conceder novas garantias nem contrair novos endividamentos sem anuência dos debenturistas, salvo exceções previstas; **(iv)** enviar demonstrações contábeis auditadas e demais informações periódicas exigidas na Escritura; e **(v)** manter atualizados seus registros societários.

A Escritura estabelece, ainda, restrição específica à distribuição de resultados: constitui Evento de Vencimento Antecipado a realização de qualquer distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras formas de distribuição de lucros ou capital, incluindo o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das S.A., caso tais valores não sejam integralmente destinados ao Resgate Antecipado Obrigatório ou à Amortização Extraordinária Obrigatória das debêntures, conforme previsto na Escritura.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria integralmente todas as cláusulas restritivas e obrigações contratuais previstas na Escritura de Emissão.

d) Características adicionais da emissão

As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 1.000 com valor total aprovado de até R\$ 255.000 São emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. A emissão possui natureza de debêntures simples, com garantia real (alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia) e garantia fidejussória adicional (fiança solidária).

e) Atualização monetária e juros

O Valor Nominal Unitário das debêntures, ou seu saldo, é atualizado pela variação positiva do IPCA, calculada de forma exponencial e *pro rata temporis*, entre a data de integralização ou a última data de aniversário e a data de cálculo, sendo o resultado automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário atualizado. Sobre o valor atualizado incidem juros remuneratórios de 11,50% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, com base em dias úteis.

f) Garantias contratuais complementares

Além da alienação fiduciária das ações, integram o pacote de garantias todos os direitos econômicos presentes e futuros oriundos das ações alienadas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio, lucros, bonificações, rendas, proventos e demais direitos patrimoniais e políticos, os quais devem ser depositados em conta vinculada específica denominada “Conta de Rendimentos”, conforme previsto na Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

g) Classificação de risco

Não há rating atribuído às debêntures.

Composição consolidado

Rubrica	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025
Debêntures 1ª Emissão - Rota da BR 262	15/01/2027	DI + 2,60% a.a	62.569
Debêntures 2ª Emissão - Rota da BR 262	12/09/2027	DI + 2,52% a.a	113.581
Debêntures 1ª Emissão - 4 Road	15/01/2035	IPCA + 11,50% a.a	18.580
Debêntures 2ª Emissão - 4 Road	15/01/2035	IPCA + 11,50% a.a	12.548
			207.278
Passivo Circulante			
Passivo Não Circulante			207.278
Total			207.278

Movimentação consolidado

	31/12/2025
Saldo inicial	-
Captação	238.407
Provisão de juros e correção	23.040
(-) Pagamento de principal	(36.731)
(-) Pagamento de juros	(12.269)
(-) Custo captação	(6.509)
Amortização custo captação	1.340
Saldo final	207.278

Vencimentos das parcelas (principal e encargos) consolidado

Ano de vencimento	31/12/2025			Total
	Principal	Juros	Custo	
2027	171.269	7.541	(2.660)	176.150
2028	-	-	-	-
Após 2029	30.407	3.230	(2.509)	31.128
Saldo final	201.676	10.771	(5.169)	207.278

Debêntures – Rota da BR-262 MG S.A.

A controlada Rota da BR-262 MG S.A. possui debêntures simples, não conversíveis em ações, decorrentes de sua 1ª e 2ª emissões, realizadas por meio de colocações privadas, conforme Escrituras de Emissão próprias.

As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e foram emitidas com prazos de 24 meses contados das respectivas datas de emissão, com vencimentos finais em 15 de janeiro de 2027 e 12 de setembro de 2027.

Características gerais das emissões

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados, e não são conversíveis em ações da Emissora. O valor total aprovado nas emissões está associado ao financiamento do projeto de concessão rodoviária operado pela Companhia.

O pagamento dos valores devidos ocorre **(i)** por meio dos procedimentos da B3, quando eletronicamente custodiadas, ou **(ii)** pelo escriturador, para os títulos não custodiados. Datas de pagamento que coincidirem com dia não útil são automaticamente prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimos.

Remuneração e encargos

Sobre o Valor Nominal Unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a:

- **100% da Taxa DI, acrescida de spread de 2,60% a.a.:** calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* com base em 252 dias úteis, desde a data da integralização até o pagamento.

A remuneração é paga em parcela única no vencimento, ressalvadas hipóteses de liquidação antecipada previstas contratualmente.

Em caso de atraso, incidem juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, além de multa não compensatória de 2% sobre os valores em atraso.

Não há repactuação programada.

O Valor Nominal Unitário é amortizado integralmente na data de vencimento, salvo eventos previstos de vencimento ou amortização antecipada.

Garantias

As debêntures contam com duas camadas principais de garantias: (i) garantia fidejussória (fiança) e (ii) garantias reais, constituídas por alienações fiduciárias de ações.

1. Garantia fidejussória

A dívida conta com fiança, prestada pela Fiadora, sem benefício de ordem, limitada a 51% do valor total das Obrigações Garantidas, abrangendo principal, remuneração, encargos moratórios, penalidades, despesas judiciais e quaisquer outros valores previstos na Escritura.

2. Garantias reais – Alienação fiduciária de ações

As Escrituras preveem a constituição das seguintes garantias reais:

a) Alienação fiduciária das ações da própria Emissora, prestada pela Rotas do Brasil S.A.

Inclui:

- 100% das ações ordinárias e preferenciais, presentes e futuras, representativas do capital social da Emissora; todas as novas ações emitidas, subscritas ou adquiridas durante a vigência do contrato;
- ações recebidas em decorrência de reorganizações societárias (grupamentos, bonificações, desdobramentos, fusões, incorporação, conversão de debêntures etc.);
- todos os direitos econômicos decorrentes dessas ações (lucros, dividendos, JCP, bonificações, proventos e demais frutos), desde que superiores ao dividendo mínimo obrigatório, devendo tais valores ser destinados ao bloco fiduciário.

b) Alienação fiduciária das ações da SPE operacional, prestada pela Emissora

Inclui:

- 100% das ações de emissão da SPE controlada;
- novas ações emitidas, subscritas ou recebidas durante a vigência da garantia;
- bens ou valores resultantes de conversões, reorganizações ou substituições;
- todos os direitos econômicos das ações da SPE, incluindo lucros, dividendos, JCP, rendas, distribuições e proventos que possam ser considerados frutos ou reembolso de capital.

As garantias são disciplinadas nos respectivos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações, celebrados entre a Emissora, a Rotas do Brasil S.A., a SPE e o Agente Fiduciário.

Covenants e obrigações contratuais

As Escrituras das debêntures incluem obrigações típicas de manutenção, tais como:

- Preservação das garantias e manutenção das condições de regularidade jurídica e operacional;
- vedação de oneração ou disposição de ações vinculadas à alienação fiduciária;
- envio de informações periódicas e demonstrações contábeis;
- manutenção de inexistência de eventos que possam constituir default;
- observância das restrições a endividamento adicional, garantias e reorganizações societárias.

Classificação de risco

Não há rating atribuído às debêntures.

19. Transações com partes relacionadas

Composição de contas a pagar e receber

	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Way Concessões S.A (a)	(4)	(1.057)	-	-
Concessão da BR 262 MG S.A (b)	(4)	-	-	-
Concessionária da Rodovia MS (c)	-	-	26	-
Concessionária da Rodovia do Leste (c)	-	-	30	-
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO (d)	-	-	144	-
Rota da BR 153 MG-GO (d)	-	-	120	-
Kinea Fip Master	-	-	-	1.756
Kinea Fip Private	-	-	-	764
Total	(8)	(1.057)	320	2.520
Circulante	(8)	(1.057)	56	2.520
Não circulante	-	-	264	-

a) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários.

b) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.
- d) Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

Contratos com parte relacionadas consolidado

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado	Saldo
Obras de restauração da rodovia		25.163	(25.163)	-

Consórcio TORC SENPAR 262, contrato de prestação de serviços com objeto de empreitada para reparos superficiais e profundos localizado, na rodovia BR 262, em área aproximadamente de 438,9km, saldo em 31 de dezembro de 2025.

Remuneração do pessoal-chave da administração consolidado

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 3 diretores, eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

No período findo de 31 de dezembro de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$ 160 (cento e sessenta mil reais).

20. Arrendamento operacional

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo inicial	-
Adições	2.429
Baixas	(360)
Juros	304
Saldo final	2.373
Passivo circulante	300
Passivo não circulante	2.073

Arrendamento referente a locação das sedes administrativas.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a.

21. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2030 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

A próxima intervenção obrigatória de manutenção pesada, conforme cronograma técnico da concessão, está prevista para ocorrer no ano de 2030, sendo este o objeto da provisão registrada em 31 de dezembro de 2025. Em linha com a prática usual das concessionárias de rodovias e conforme a ICPC 01, a Companhia reconhece somente a obrigação presente correspondente à próxima intervenção periódica, uma vez que as intervenções subsequentes não configuram obrigações presentes na data-base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa de desconto utilizada (10,63% a.a.), acrescida de correção pelo IPCA, será mantida ao longo do ciclo da obrigação até a sua liquidação, conforme previsto na política da Companhia. Revisões dessa taxa somente ocorrerão se houver mudança significativa nas premissas de mercado ou na avaliação dos riscos associados à intervenção.

a) Composição

	Consolidado
	31/12/2025
Provisão para manutenção - não circulante	5.852
Total	5.852

b) Movimentação

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo inicial	-
Provisão para manutenção	5.610
AVP provisão manutenção	242
Saldo final	5.852

22. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia, autorizado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), é de R\$ 6.448, (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício de 2025, houve aumento de capital na controlada Way Concessões, mediante aporte realizado pela Kinea Investimentos no montante de R\$29.360. Após a operação, a participação da Kinea passou a corresponder a 41% do capital social da referida controlada. Esse aporte resultou na entrada de recursos no caixa da Way Concessões e gerou reflexos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, além de impactar a variação da participação dos acionistas não controladores registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Abaixo a composição do quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Capital social integralizado

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
Eng. e Com. Bandeirantes Ltda.	58.898.029/0001-60	Brasil	25,00%	1.612	1.612
Senpar Ltda.	56.732.253/0001-40	Brasil	25,00%	1.612	1.612
TORC Terraplenagem Obras Ltda	17.216.052/0001-00	Brasil	25,00%	1.612	1.612
TCL Tecnologia e Construções Ltda	00.437.218/0001-08	Brasil	25,00%	1.612	1.612
Total		Brasil	100,00%	6.448	6.448

b) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do período, até que atinja 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2025 constituído o valor de R\$ 1.350. Em 31 de dezembro de 2024, não havia reserva legal constituída.

c) Reserva de lucros - lucros retidos

A constituição de reservas de lucros decorre da destinação do resultado do exercício, a ser deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei no 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em razão das restrições contratuais previstas nas emissões de debêntures da Companhia, os lucros retidos originalmente propostos foram integralmente reclassificados para a “Reserva especial – dividendos não distribuídos”, com fundamento no art. 202, §4º, da Lei no 6.404/76 (vide item (d)). Assim, em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo em reserva de lucros (R\$ 0). Em 31 de dezembro de 2024, também não havia reservas de lucros constituídas.

d) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reconheceu o montante de R\$ 25.599 mil em “Reserva especial – dividendos não distribuídos”, com fundamento no art. 202, §4º, da Lei nº 6.404/76. A constituição dessa reserva decorre do fato de que os contratos de debêntures da Companhia proíbem a realização de qualquer pagamento aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, sendo tal pagamento caracterizado como evento de vencimento antecipado das debêntures. Assim, a distribuição do dividendo obrigatório mostra-se incompatível com a situação financeira e contratual da Companhia, por implicar violação contratual e possível exigibilidade imediata da dívida. A reserva permanece vinculada ao pagamento futuro de dividendos, os quais serão distribuídos quando a situação financeira da Companhia e as restrições contratuais permitirem, observando-se as disposições legais aplicáveis.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48/IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado		
		31/12/2024	
	Notas	31/12/2025	(Não auditado)
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado			
Equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira)	6	29.715	- Custo amortizado
Contas receber	7	31.428	- Custo amortizado
Partes relacionadas	19	320	- Custo amortizado
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado			
Fornecedores	15	11.065	- Custo amortizado
Passivo de arrendamentos	20	2.373	- Custo amortizado
Debêntures	18	207.278	- Custo amortizado

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Para fins de avaliação da sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras aos quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025, a Administração definiu o cenário mais provável para a evolução do CDI para os 12 meses subsequentes, com base em premissas internas e nas expectativas de mercado disponíveis na data-base. As análises de sensibilidade adicionais foram preparadas exclusivamente para uso interno da Administração, sendo divulgada nas demonstrações contábil apenas a projeção considerada como cenário mais provável.

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Projeção das receitas financeiras consolidada

	Aplicações Financeiras - Consolidada					
	Indexador	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
		Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
	CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

	Taxa de remuneração	Saldo principal 31/12/2025	Projeção das receitas financeiras - 2025				
			Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Aplicação - 4Road	CDI	1.275	143	96	191	239	287
Aplicação - Sub 262	CDI	499	56	37	75	94	112
Aplicação - Way 262	CDI	27.675	3.113	2.076	4.151	5.189	6.227
Total aplicado		29.449	3.312	2.209	4.417	5.522	6.626

Despesas financeiras

Projeção das receitas financeiras consolidada

	Empréstimos e Financiamentos - Consolidada					
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV	
	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%	
Indexador						
11,50% a.a.	-	-	11,50%	-	-	
2,60% a.a.	-	-	2,60%	-	-	
2,52% a.a.	-	-	2,52%	-	-	

	Taxa de Juros	Saldo principal 31/12/2025	Projeção das despesas financeiras - 2025				
			Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures - 4Road	IPCA + 11,50% a.a	31.128	7.082	5.914	8.249	9.416	10.584
Debêntures - Sub 262	DI + 2,60% a.a	62.569	8.666	6.319	11.012	13.358	15.705
Debêntures - Sub 262	DI + 2,52% a.a	113.581	15.640	11.381	19.899	24.159	28.418
Total empréstimos		207.278	31.388	23.614	39.160	46.933	54.707

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Lucro antes dos impostos e contribuições	26.999	(50)	99.451	(393)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	(9.178)	-	(33.813)	134
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):				
Ajuste equivalência patrimonial	10.510	-	-	-
Adições exclusões permanentes	(1.332)	-	(9.613)	(134)
Incentivos fiscais: patrocínio lei rouanet	-	-	675	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(42.751)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(44.804)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	2.053	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	Consolidado 31/12/2025
Ativo	
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	63
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	1.990
Total	2.053

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

	Consolidado
	31/12/2025
Receitas de pedágios	224.850
Receitas acessórias	104
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receita bruta de serviços	426.866
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
Receita líquida	407.822

26. Custos e despesas por natureza

	Consolidado
	31/12/2025
Custo operacional	
Custo de construção - ativos da concessão	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(14.956)
Custo operacional de rodovias	(21.338)
Custo com pessoal	(15.872)
Seguros	(2.768)
Custos contratuais da concessão	(9.850)
Amortização intangível	(396)
Depreciação ativo	(1.446)
Total	(268.539)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	(3.922)	-
Serviços de terceiros	(498)	-	(10.841)	-
Material e equipamentos	-	-	(1.681)	-
Despesas gerais	(46)	-	(5.006)	(393)
Outras despesas não operacionais	-	-	(693)	-
Amortização arrendamento	-	-	(243)	-
Amortização intangível	-	-	(87)	-
Depreciação ativo	-	-	(428)	-
Total	(544)	-	(22.901)	(393)

27. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Receitas		
Rendimentos de aplicação	35	8.860
Outros	-	197
Total	35	9.057
Despesas		
Juros sobre debêntures	(3.230)	(24.212)
Custos sobre debêntures	(168)	(402)
PIS e Cofins s/receita financeira	-	(424)
Juros sobre arrendamentos	-	(304)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
AVP Provisão manutenção	-	(242)
Outros	(8)	(404)
Total	(3.406)	(25.988)
Resultado financeiro	(3.371)	(16.931)

28. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Consolidado				
Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	01/02/2025 a 02/02/2026	567.982	236.000.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. Civil Geral	01/02/2025 a 02/02/2026	598.627	10.000.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos Operacional	01/02/2025 a 02/02/2026	1.916.733	30.000.000
Axa Seguros S.A.	Riscos Engenharia	01/02/2025 a 01/02/2026	109.528	118.105.648
Total				394.105.648

29. Compromissos com a concessão**a) Investimentos contratuais**

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no (PER) Programa de Exploração Rodoviária.

b) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A Tabela abaixo previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

Período	Consolidado
	Valor
03 a 12/2025	5.848
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
2029 a 03/2055	180.024
Total	208.375

30. Transações que não afetaram o caixa

A Companhia evidencia a seguir as transações que, embora relevantes, não envolveram movimentação de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, não estão apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Transações não monetárias ocorridas no período:

- Reconhecimento de novos contratos de arrendamentos a pagar e correspondentes direitos de uso R\$2.429

Reconhecimento de dividendos a receber, no valor de R\$ 7.728, cuja entrada de caixa ocorrerá em período subsequente.

31. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 21 de janeiro de 2026, foi realizado a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 113.183.934, que será objeto de aporte de capital na Way Concessões.

* * *